

A. I. Nº - 297248.1012/16-3
AUTUADO - ISOREL LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
AUTUANTE - MARLON ANTONIO LIMA REGIS
ORIGEM - INFAZ CRUZ DAS ALMAS
PUBLICAÇÃO - INTERNET - 11.10.2016

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0096-06/16

EMENTA: ICMS. 1. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. Trata-se de operação interestadual de venda de mercadorias, com destaque do ICMS na NF-e, não tendo sido efetuado o recolhimento. Infração procedente. 2. MULTA. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL – EFD. Constatada a entrega dos arquivos de modo incompleto. Contudo, o sujeito passivo possui Termo de Acordo para o Regime Simplificado de Tributação para empresas da construção civil, o que o desobriga do cumprimento da obrigação acessória de escrituração de livros fiscais, inclusive da escrituração fiscal digital. Infração improcedente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 29/03/2016, exige ICMS e multa por descumprimento de obrigação acessória, no valor histórico de R\$63.547,67 em razão das seguintes irregularidades:

1 – Deixou de recolher o ICMS nos prazos regulamentares referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios. Operação de venda interestadual. ICMS destacado em NF-e, mas não recolhido. Inexistência de créditos fiscais. Contribuinte cadastrado na Situação de Inapto. Não localizado no endereço declarado em cadastro. ICMS no valor de R\$46.987,67 e multa de 60%.

2 – Deixou o contribuinte de efetuar a entrega do arquivo eletrônico da Escrituração Fiscal Digital – EFD – ou o entregou sem as informações exigidas na forma e nos prazos previstos na Legislação Tributária. O contribuinte entregou os arquivos da Escrituração Fiscal Digital – EFD – incompletos, muitos registros sem nenhuma informação. Informações EFD divergem dos dados contidos no Sistema Eletrônico de Notas Fiscais desta SEFAZ. Multa no valor de R\$16.560,00 relativa aos meses de janeiro a dezembro de 2015.

O autuado ingressa com defesa, fls. 35 a 36, e aduz que a empresa fiscalizada no período autuado era detentora do regime especial de construção civil, conforme processo Deferido nº 15322420125, por meio do Parecer bo. 19656/2012, datado de 20/08/2012, pela Sra. Telmir Cristiene da Silva Correia, que a dispensa de entregar os arquivos da EFD, bem como o recolhimento do valor destacado nas suas notas fiscais, consoante os arts. 486, a 490 do RICMS/BA, com vigência até 31/12/2015. Requer a improcedência da autuação.

O autuante presta a informação fiscal, fls. 50, e opina pela manutenção da autuação. Explica que ao contrário do alegado pelo impugnante, o fato de ser detentor de Regime Especial de Construção Civil não lhe desobriga de entregar a Escrituração Fiscal Digital, com as informações requeridas na legislação pertinente. De acordo com o art. 488 do RICMS/12, vigente à época dos fatos geradores, o contribuinte não estava desobrigado a entregar os Arquivos Eletrônicos do SINTEGRA. Ressalta que o sujeito passivo foi autuado por ter enviado EFD irregularmente, omitindo as operações de vendas.

No mérito destaca que o Regime Simplificado de Apuração e recolhimento, concedido às construtoras optantes “desonera o contribuinte do pagamento do imposto relativo às operações

Internas subsequentes, exceto em relação à venda de mercadorias para terceiro não contratante da obra ou serviço, na dicção do art. 487 do RICMS”.

Pode ser observado na fl. 09, que a NF-e nº 40965, de 10/08/2015, acoberta operação de venda de mercadoria para fora do Estado, com destino a terceiro, com endereço no Estado de São Paulo, logo é devido o imposto ora exigido. Pede a procedência da autuação.

VOTO

Inicialmente constato que o presente Auto de Infração foi lavrado com observância do art. 39 do RPAF/99, apto dessa forma a surtir seus efeitos jurídicos e legais.

No mérito, o sujeito passivo está sendo acusado do cometimento de duas infrações: A primeira relativa à falta de recolhimento nos prazos regulamentares, referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios, com data de ocorrência de 10/08/2015, e ICMS no valor de R\$46.987,67. Consta que ocorreu venda interestadual, ICMS destacado na NF-e, mas não recolhido. O contribuinte está com a situação de “inapto” no cadastro estadual.

De fato, constato que o documento fiscal que deu azo à circulação de “CHAPA DE ALUMINIO CORRUGADO 0,15”, foi a Nota Fiscal eletrônica de nº 40965 Modelo 55, série 1, emitido por ISOREL LOCAÇÃO E SERVICOS LTDA., data de emissão de 10/08/2015, inscrição estadual nº 09671444, Bahia, tendo como destinatário, CONSTRUTORA ELOS ENGENHARIA LTDA., INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº 513052825118, SP, no valor de R\$391.563,92 e ICMS de R\$46.987,67, natureza da operação “VENDA DE MERCADORIA FORA ESTADO”.

Outrossim, a sociedade empresária autuada encontra-se inscrita no cadastro estadual na condição de “NORMAL”, embora com a situação de “INAPTO”, conforme dados constante no sistema INC – Informações do Contribuinte, desta SEFAZ, na INFAZ CRUZ DAS ALMAS.

O ponto central da defesa consiste na afirmação de que era possuidora do Regime Simplificado de Tributação para Empresas de Construção Civil, previsto no art. 484 do RICMS/2012, concedido nos termos do Processo nº 153224/2012-5, deferido pela DPF/SEFAZ/BA (Diretoria de Planejamento de Fiscalização) em 20/08/2012, por possuir atividades econômicas secundárias a administração de obras, código 4399101 e a montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias, código 4399102, ambas contempladas no § 1º do art. 484 do RICMS/2012, ter preenchido as condições para a sua obtenção.

Desse modo, a alegação da defendente de que possuía à época do fato gerador, o Regime Especial Simplificado de Apuração e Recolhimento do ICMS, nos termos concedidos pela SEFAZ/BA., seria suficiente para afastar a exigência fiscal não pode ser acolhida, posto que não atenta o sujeito passivo de que este Regime, nos termos da legislação de regência, *“desonera o contribuinte do pagamento do imposto relativo às operações internas subsequentes, exceto em relação à venda de mercadorias para terceiro não contratante da obra ou serviço”*, como disposto no art. 487, I do RICMS aprovado pelo Decreto nº 13.780/2012. Ademais, tratando-se de operações interestaduais, somente dispensa o pagamento do imposto nas operações interestaduais de transferências de mercadorias ou bens, o que não é o caso da presente lide, como registra o inciso II do citado artigo.

Logo não resta dúvida de que o ICMS ora exigido é devido, consoante a operação interestadual realizada e o próprio documento fiscal, a NF-e que a retrata, com o destaque do ICMS e a operação de venda realizada em 10/08/2015.

Infração procedente.

No que concerne à infração 02, em que está sendo exigida a multa de R\$1.380,00 reais mensais, no período de janeiro a dezembro de 2015, o que perfaz o valor de R\$16.560,00, por não ter entregue o arquivo eletrônico da Escrituração Fiscal Digital – EFD, ou o ter entregue sem as informações exigidas, nos prazos previstos na Legislação Tributária.

O sujeito passivo é possuidor do Regime Simplificado de Tributação para Empresas de Construção Civil, e então encontra-se sob a regência do art. 484 ao 490 do RICMS/2012, no que deve ser observado o que dispõe o § 1º do art. 488, inciso I, que desobriga o contribuinte do cumprimento da obrigação acessória de escrituração de livros fiscais, inclusive da escrituração fiscal digital.

Portanto não procede a acusação fiscal. Infração improcedente.

Voto pela PROCEDENCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **297248.1012/16-3**, lavrado contra **ISOREL LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$46.987,67**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala de Sessões do CONSEF, 13 de setembro de 2016.

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO/RELATORA

ILDEMAR JOSÉ LANDIN – JULGADOR

EDNA MAURA PRATA DE ARAÚJO – JULGADORA